

Para a OAB, proposta reflete vontade popular

Das Sucursais e Reportagem Local
 "A pesquisa Folha sobre a convocação, no prazo mais curto possível, de eleições diretas e conjuntas para a Constituinte e para a Presidência da República, reflete, pelo elevado índice de sim, a expectativa do povo quanto à plena redemocratização do País, que só pode resultar da Constituinte", disse ontem, em São Paulo, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Sérgio Duarte Garcia, 53 anos, acrescentando que "a Constituinte deve ser convocada, se possível, em 1985, logo depois de saneado o País da legislação de caráter autoritário que ainda impede a livre manifestação popular".

O jurista Sobral Pinto opinou, em Brasília, que ainda é "muito cedo para se falar em Constituinte, pois preciso primeiro eleger Tancredo Neves em uma eleição esmagadora, para que ele sinta que tem autoridade para impor um clima de seriedade ao País e promover as mudanças necessárias". Presente ao lançamento do Partido da Frente Liberal, o advogado foi tão cauteloso quanto os políticos que pediram tempo para realizar a total reformulação da Carta Constitucional.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Bancos, Teófilo Azevedo, disse, no Rio, que é favorável à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte apenas em 1986, e de eleição direta para presidente em 1988. "Sou a favor da eleição direta, mas ao término do período normal de mandato do futuro presidente, de quatro anos", opinou.

Ele considera que a convocação da Constituinte apenas será conveniente no segundo ano do mandato do futuro presidente da República: "O primei-

ro ano deve ser dedicado ao conhecimento da situação, à identificação das soluções e à implementação de medidas. Será um ano de muito trabalho", ponderou. No segundo ano de mandato, em sua opinião, o novo Congresso deve ser eleito com poderes constituintes. Ele não admite a hipótese de o atual Congresso ser investido dessas funções.

Margarida Geneva, presidente da Comissão Justiça e Paz: "Estamos de acordo com essa tese, pois achamos importante sempre lutarmos para que a Assembléia Nacional Constituinte seja votada por verdadeiros representantes do povo. Para isso será necessário ampla mobilização popular."

Márcio Tomas Bastos, presidente da OAB-SP: "Estou de pleno acordo com a maioria da Pesquisa Folha. Entendo que as diretas não podem ser apenas um recurso retórico, preparando uma eleição indireta. A Constituinte deve ser convocada tão logo estejamos livres da legislação autoritária que impede o livre exercício democrático."

Beatriz Pardi, diretora da Apeoesp: "A Apeoesp, no seu Congresso, defendeu exatamente isso: diretas e Constituinte. Mas antes tem que ser abolida toda legislação repressiva para que todos possam ter ampla participação."

Arlindo Munglioli, presidente da ABI-SP: "Essa proposta é lançar o País numa crise institucional de grandes proporções e aprofundar a crise econômica. No plano institucional, se for concretizada essa proposta, haverá um vácuo no poder durante dois anos, porque a Constituinte será preparada nesse período. Portanto, não haverá poder de fato."

Presidente da CNBB acredita que é melhor esperar até 86

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, discorda da tese de Constituinte já. Ontem, comentando o resultado da pesquisa desta "Folha", d. Ivo afirmou: "Ao povo, deve ser assegurado já que será feita a convocação da Constituinte, mas isso não significa que ela deva sair já. Não é correto. Todo adiantamento é prejudicial. Deve-se entender que uma Constituinte não pode ser feita às pressas."

D. Ivo acredita que a Constituinte deve ser convocada depois das eleições do novo Congresso Nacional. Sem fazer críticas específicas, ele apenas disse: "Com esse pessoal aí... é melhor esperar um pouco mais. Pode ser em 1986."

O vice-presidente da CNBB, d. Benedito Ulhoa Vieira, compartilha da opinião de Dom Ivo. Para ele, a Constituinte não pode ser instituída às pressas, "porque devemos nos preparar para que a emenda não seja pior do que o soneto. Essa preparação deve ser feita no campo jurídico, através dos especialistas, com a participação das forças civis, como sindicatos, universidades, Igreja — e isso não se pode fazer repentinamente".

D. Mauro Morelli, 49 anos, bispo de Duque de Caxias (RJ): "Nós que assinamos o manifesto pela Constituinte nunca discutimos questões de prazo. Mas convocá-la para ontem, já era tarde. Isto porque precisamos efetivamente proclamar a República no Brasil que nunca foi proclamada pelo povo. Devemos chegar ao primeiro centenário da República com uma nação efetivamente livre e soberana. Neste sentido, é necessária uma ampla mobilização popular. A classe política, de certa forma, ca-

valgou sobre a mobilização popular e não teve a coragem de não desmobilizar o povo e seguir em frente. Se não fosse isto, teríamos hoje um quadro diferente no País."

D. Francisco Austregêtilo de Mesquita Filho, 60 anos, bispo de Afogados da Ingazeira (PE): "Não sou político e não sei se será possível convocar e realizar, de imediato, a Assembléia Nacional Constituinte. O tempo deve ser, porém, breve e suficiente para que o povo se manifeste livremente sobre a feitura da nova Constituição que, para não gerar frustrações, deve ser precedida de uma ampla consulta à Nação, nos seus vários segmentos sociais".

D. José Rodrigues de Souza, 58 anos, bispo de Juazeiro (BA): "Estou completamente de acordo em que a convocação da Constituinte seja a primeira decisão do novo presidente. As eleições diretas deverão ser consequência da Constituinte. Entre os pontos básicos da nova Constituição, deverão estar a volta das diretas nas capitais e nos municípios considerados áreas de segurança nacional. Paralelamente, deverá haver uma ampla reformulação partidária".

D. Cândido Padin, 69 anos, bispo de Bauru (SP): "Estamos caminhando para uma nova fase política no País que será longa e de reelaboração das normas constitucionais. Aguardamos que seja convocada a Constituinte e que haja uma reformulação de toda a política partidária. Tenho a esperança de que o povo há de participar mais ativamente nestes empreendimentos. Antes de apressar a convocação tanto da Constituinte quanto das diretas, é fundamental que haja uma ampla campanha de reflexão de base popular. O apressamento poderia provocar conflitos de ordem política, tumultuando o processo".

Entre políticos, as posições divergem quanto à convocação

Da Sucursal de Brasília

Guilherme Palmeira (FL-AL) — "O que pensam 68,8 por cento dos entrevistados da Folha é o que deve pensar o presidente Tancredo, assim como nós, da Frente Liberal. Mas precisamos de tempo para isso. Não podemos fazer uma Constituição em seis meses. Teremos a Constituinte em 86 e ela é que vai convocar as eleições diretas para a presidência da República".

Albano Franco, 46 anos: "A realização de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1986 tem o apoio de grande parte da sociedade. Antes disso, sua realização é mais complicada. Mas não deixo de admitir e de pensar na hipótese, pois sou um homem que acredito na participação do povo. Acho, entretanto, que o período mais adequado para a Constituinte é mesmo o de 86, como dizem todas as lideranças do País e o próprio candidato Tancredo Neves".

José Agripino Maia: "A realização da Constituinte antes de 86 implica no enfraquecimento do poder do futuro presidente Tancredo Neves. Seria incongruente pregarmos conciliação e a emulação política a que viria fatalmente com uma eleição na arrancada do governo".

Camilo Penna (ex-ministro da Indústria e do Comércio): "A oportunidade para realização de uma Assembléia Nacional Constituinte é decisão que cabe aos juristas e políticos, mas está claro que é preciso promover mudanças profundas e, principalmente, consolidar toda a legislação em vigor, que é complexa, conflitante e às vezes ausente. Ninguém usa a Justiça no Brasil devido ao emaranhado de leis existente".

Devanir Ribeiro, presidente do PT em São Paulo: "Somos a favor da Constituinte tão logo após a posse,

como também em relação às diretas, para as quais não deve existir qualquer prazo. Ao contrário do que entende o candidato Tancredo Neves, não irão se constituir como golpe. O povo está querendo mudança real, com condições de participar, o que o Colégio Eleitoral não prevê."

José Dirceu, secretário do PT em São Paulo: "O resultado vem confirmar a vontade já manifestada pela maioria da população, o que também já foi verificado em outras pesquisas. A maioria dos brasileiros entende que a eleição de Tancredo Neves não é legítima e que também não representa uma ruptura com os vinte anos de regime militar."

Wellington Moreira Franco, coordenador da Frente Liberal no Rio: "A Aliança Democrática tem como objetivo criar condições para Tancredo Neves governar, e seu cronograma político prevê um mandato de quatro anos para o futuro presidente, a Constituinte em 1986 e uma reforma partidária. A proposta de antecipação desse cronograma parte das elites, mas o povo quer é dinheiro no bolso, um governo que mude o País".

"Tancredo Neves teria mais legitimidade se fosse eleito pelo voto direto. Só nega isto quem é insensato, como também é insensato quem está querendo antecipar o processo, nesta situação difícil que nos encontramos hoje. O que o povo quer agora é mudar. A opinião pública brasileira está esperançosa na ação do governo Tancredo Neves. Se ele não corresponder às expectativas, aí sim, aí é o caso da antecipação".

"Os compromissos assumidos, e que deverão ser cumpridos no cronograma previsto pela Aliança, prevêem a reconstrução das instituições democráticas e mudanças na política econômica".

ANC 88
 Pasta 82/85
 043/1984